



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às 9h, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM. Participaram Marina Brito Battilani, Presidente do Conselho, César Silva, Demetrius Queiroz do Rego Barros, Jean Pierre Geremias de Jesus Neto, José Francisco Dutra da Silva e Mauro Ricardo Machado Costa, membros titulares, Eduardo Bergamaschi Felizola, Fábio Teizo Belo da Silva, Elaine Versignasi dos Santos, Luiz Antônio Tozi, Márcio Cury Abumussi e Tiago José Kich Temperani, membros suplentes. Pela Fundação, Carlos Henrique Flory, Diretor-Presidente, Karina Damião Hirano, Karina Marçon Spechoto Leite, Patrícia Sales de Oliveira Costa e Francislene Nascimento, Diretoras, Paulo Roberto da Rosa, Roberto Pitaguari Germanos, Angelita de Almeida Oliveira e Ednilson Figueiredo da Silva, assessores, Suzy Pereira de Lima, assistente. Dando início à reunião, a Presidente Marina deu as boas-vindas a todos. Na sequência, submeteu à apreciação do colegiado a ata da 139ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Para apresentação da Proposta Orçamentária para 2024 (item 2 da pauta) a Presidente Marina iniciou comentando que a proposta a ser submetida ao colegiado é resultado das reuniões realizadas com os relatores, Diretoria Executiva, Comissão de Orçamento da Fundação e a Consultoria PRP, já com os ajustes propostos pelos relatores membros do Conselho. Seguindo, passou a palavra aos Sres. Júlio Pasqualeto e Rosália Rosa, representantes da Consultoria PRP Soluções Contábeis. O Sr. Júlio iniciou sua apresentação, colocando-se à disposição para esclarecimentos de dúvidas durante a sua exposição. Seguindo, passou a detalhar a estrutura contábil da EFPC, destacando a gestão previdencial, a gestão administrativa e os investimentos. Citou os nove planos e o PGA com o total de participantes de cada um e a evolução projetada para o exercício de 2024, ressaltando as reduções nos participantes dos Planos RG e RG UNIS, fechados, atualmente, para novas adesões. Apontou que o orçamento proposto é bastante conservador, baseado em premissas reais a partir de 2024. Seguindo, passou a apresentar os indicadores, atualizados até 25.08.23, conforme Boletim FOCUS. Fez



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

a abertura da projeção da evolução de participantes por planos, comparativo entre 2023 e 2024, considerando um acréscimo em torno de 1.500 novos participantes e uma receita previdenciária adicional de aproximadamente R\$3,8 milhões no resultado orçamentário. Ainda, consolidando todos os planos, comparativamente a 2023, os valores das adições representam acréscimo de 6,80% e das deduções, o percentual de 5,20%. Na gestão administrativa, detalhou as receitas: somatório (i) das taxas de carregamento; (ii) de administração e (iii) das receitas diretas referente ao Pró-labore da seguradora MAG que, comparativamente a 2023, tiveram um acréscimo de R\$47 milhões (10,72%). Na sequência, passou a descrever as despesas que, no seu total, comparado a 2023, tiveram um acréscimo de R\$36 milhões (11,33%), englobando as despesas com pessoal e seus respectivos encargos, treinamentos, viagens e estadias, serviços de terceiros, tributos e seguros. Ainda, na gestão administrativa, o consolidado do PGA possui o fundo administrativo líquido de R\$64 milhões, consideradas as receitas, despesas e a rentabilidade. Sobre os investimentos, comentou a rentabilidade com base na meta de 8,02%. Com isso, o patrimônio final dos planos e PGA, comparado a 2023, apresenta acréscimo de R\$565 milhões. A partir desse patrimônio, explicou que é efetuado o cálculo dos indicadores aplicando-se a regra dos limites de cada plano, sendo de 1% em relação aos recursos garantidores e de até 9% em relação ao somatório das contribuições e benefícios de caráter previdenciário. Finalizou comentando sobre as despesas administrativas no fluxo previdencial, a despesa administrativa per capita e sobre a receita administrativa, despesa com pessoal sobre as despesas totais e a evolução do patrimônio. Finalizada a apresentação, a Presidente do Conselho colocou a palavra à disposição dos Conselheiros. Esgotados os questionamentos, agradeceu aos Srs. Júlio e Rosália. Encerradas as discussões, submeteu ao colegiado a proposta orçamentária de 2024, que foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, para apresentação da Proposta de revisão do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, (item 3 da pauta) o Sr. Júlio Pasqualetto retomando



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

a palavra, comentou que a revisão em questão, elaborada em conjunto pela Consultoria PRP Soluções Contábeis e pela Diretoria Executiva, visa adequar a minuta proposta, à Resolução CNPC nº 048/2021 e à Resolução PREVIC nº 023/2023. A Presidente do Conselho questionou qual seria o rito normativo formal, uma vez havendo a deliberação e aprovação das alterações propostas. Foi informado que após a aprovação pelo Conselho, o documento final seria então publicado na forma de “Deliberação do Conselho Deliberativo” e anexada à ata da reunião correspondente. A Presidente questionou, ainda, em referência ao caso em tela, se houve algum tipo de revisão jurídica e/ou manifestação da Consultoria Jurídica contratada, em relação a adequação legislativa e normativa constantes da proposta. Ressaltou que o único documento recebido pelos membros do CD para análise da proposta de alteração do PGF foi um quadro comparativo com três colunas: texto original, texto proposto e justificativa das alterações. Neste documento, nem todas as alterações estavam justificadas, havendo, ainda, alterações justificadas de maneira genérica e outras com perguntas no campo para justificativa ao invés de respostas. Destacou que não foram encaminhados aos membros do Conselho, pela Diretoria Executiva: a minuta do texto final para aprovação; documento solicitando a aprovação, bem como justificando a necessidade e os motivos de alteração do PGA. Finalizou afirmando que o registro formal desses documentos e manifestações são indispensáveis para a análise e deliberação pelos membros do CD. Entende que o arquivo em que consta um “DE/PARA” não é suficiente, seja para deliberação do Conselho, seja para fins de registro institucional dos atos normativos publicados. Retomando a palavra, o Sr. Júlio comentou sucintamente os principais tópicos da proposta, tais como o glossário utilizado, a forma de gestão dos recursos, as fontes de custeio administrativo, os critérios das despesas administrativas, os limites para as entidades regidas pela Lei Complementar nº 108/2002, a movimentação dos recursos do PGA, o ativo imobilizado, o controle e o acompanhamento, a análise das despesas administrativas e dos indicadores de gestão, a transparência das despesas administrativas, a transferência de gerenciamento de plano de benefícios, a retirada de patrocinador, a adesão de novo patrocinador a novo plano de benefícios para administração da SP-PREVCOM, da cisão ou extinção de plano de benefício



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

administrado pela SP-PREVCOM, da extinção da Entidade, das regras de fomento da aprovação e alteração do regulamento e das disposições gerais e transitórias. Considerando todas as questões debatidas e aventadas pelos Conselheiros, a Presidente informou que não entende estar o tema maduro para deliberação, sugerindo, então, ao colegiado sobrestar o tema até que a Fundação providencie a documentação solicitada. O Conselheiro Jean Pierre destacou que é necessário que a Fundação justifique, de maneira formal, todas as alterações propostas. O Colegiado manifestou-se, por unanimidade, concordando com a proposição. Na sequência, para apresentação das premissas para elaboração das Políticas de Investimentos dos planos para o exercício de 2024 (item 4 da pauta), a Presidente Marina passou a palavra ao Diretor-presidente da Fundação. O Diretor apontou que as premissas propostas servirão para construir as alternativas de investimentos que suportarão o estudo de ALM e das Políticas de Investimentos a serem submetidas ao colegiado na reunião ordinária agendada para o mês de novembro. Seguindo, passou a palavra ao Sr. Everaldo (representante da Consultoria PPS Portfólio Performance) que iniciou sua apresentação pelo cenário econômico com as suas projeções baseadas nos indicadores do cenário FOCUS do BACEN, de 20.10.23, para um horizonte de 5 anos, conforme definido na Resolução CMN nº 4.994/22, que estabelece que as Entidades devem adotar, para o planejamento das políticas de investimentos para aplicação dos recursos de cada plano por ela administrado, um horizonte de no mínimo, sessenta meses, com revisões anuais. Continuou apresentando e comentando as premissas e restrições das classes de ativo, com as propostas de percentuais a serem considerados como premissas para 2024. Seguindo, passou a demonstrar a fronteira eficiente dos planos RP, RG e RG UNIS com o percentual de riscos e o retorno médio esperado que servirão de parâmetro para a definição das soluções a serem propostas à deliberação do Conselho. Finalizadas as apresentações, a Presidente propôs discussão pelo colegiado das propostas dos limites de aplicação de cada classe de ativos. Os Conselheiros Demetrius, José Dutra, César e Jean Pierre sugerem reduzir o limite do percentual de aplicação em renda variável de 30% para 20% e do crédito privado de 25% para 20%. Os Conselheiros Mauro Ricardo e Marina sugerem a redução do limite do crédito privado, de 25% para 15% e da renda



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

variável de 30% para 20%. Considerando as manifestações, o colegiado, por maioria, aprovou as premissas de alocação: 1) de redução dos limites do percentual de aplicação em renda variável de 30% para 20%; 2) de redução do limite do crédito privado de 25% para 20%; 3) a manutenção dos demais limites de multimercados estruturados em 5%, FIP em 15%, exterior de 2,5%, imobiliário em 5% e empréstimos pessoais a participantes de 2%. Encerrado o assunto, a Presidente Marina agradeceu ao sr. Everaldo pela participação. Seguindo, para apresentação da proposta de prorrogação do Contrato com Auditoria Independente BDO RCS Auditores Independentes (item 5 da pauta), a Diretora Karina Hirano ao apresentar a proposta, afirmou que, tratando-se de contratação de atividade fim, a Fundação realizou pesquisa de mercado, com o objetivo de comprovar os preços praticados, enviando convite para o grupo de auditorias “*large six*”, mantendo as condições do termo de referência do contrato vigente. Considerando que só a PWH apresentou proposta, no comparativo, a Fundação optou pela prorrogação do contrato vigente. Conforme manifestação formal, o Comitê de Auditoria aprovou o cumprimento dos ritos da contratação pela Fundação, avaliou positivamente os trabalhos desenvolvidos pela BDO referente às demonstrações contábeis de 2022, quanto à pontualidade e qualidade das suas ações, recomendando, assim, a prorrogação do contrato com a BDO. Não havendo mais manifestações, o Conselho Deliberativo, considerando as recomendações da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria COAUD e dos Comitês Gestores, manifesta-se favorável a prorrogação do contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, pelo valor de R\$ 113.513,27, a ser atualizado em janeiro de 2024, pelo Índice IPC FIPE. Na sequência, para apresentar o Resultado do 5º Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles Internos (item 6 da pauta), a Presidente passou a palavra à Sra. Luciana Barragan (representante da PFM Consultoria e Sistemas). Preliminarmente, para introdução do assunto, destacou que o trabalho, realizado a cada dois anos, teve seu início em outubro de 2022, havendo sido finalizado no primeiro semestre de 2023, visando (i) identificar e mensurar os riscos a que a



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Fundação está exposta; (ii) avaliar os controles existentes e (iii) recomendar a implementação de melhorias para mitigação desses riscos. A Consultoria propôs alguns planos de ação, já avaliados pela Diretoria Executiva, que serão cadastrados no sistema UNIO, bem como acompanhados pela Auditoria Interna e reportados oportunamente a esse Conselho. Seguindo, passou a palavra à Sra. Luciana que iniciou comentando sobre as etapas do trabalho e objetivos, sendo: i) revisão do dicionário e critérios de avaliação de riscos e estrutura de processos e seus responsáveis; ii) treinamento sobre o processo de avaliação de riscos e controles; iii) avaliação dos riscos dos processos juntamente com os gestores e validação do resultado da matriz global de riscos originais da SP-PREVCOM; iv) coleta das respostas aos questionários de controles para mitigação dos riscos; v) análise dos resultados apurados e sugestão de alternativas de tratamento. Seguindo, detalhou a matriz de riscos originais e residuais na visão global. Destacou as ações desenvolvidas pela Fundação, com base nas sugestões de melhorias contempladas no resultado do 4º Ciclo, que contribuíram para a redução de déficit de alguns controles e da média global, tais como a implantação das práticas em conformidade com a LGPD, as práticas de gestão de documentos por meio de backup diário e monitoramento por meio de relatórios mensais, bem como a realização de registros pelo sistema de fluxo de documentos e definição dos responsáveis pelo processo de acompanhamento da digitalização e gestão documental. Além disso, a implementação das instruções escritas e práticas de gestão de pessoas, aprimoramento das práticas de gestão de processos e o aprimoramento das práticas de garantia de conformidade externa com a identificação das novas obrigações legais por meio da área jurídica, que analisa e transmite para as áreas responsáveis pela implantação. Na sequência, apresentou a matriz de riscos residuais destacando a visão por riscos e visão por controles. Concluiu destacando o alto nível de comprometimento e disposição da equipe da Fundação durante o processo de descrição das atividades, identificação, classificação e mensuração de riscos e avaliação dos controles. Ressaltou que 54% do déficit geral da Entidade estão concentrados em 6 (seis) controles que deverão ser focados em ações de melhoria e que a Fundação gabaritou 22 controles (29% do total dos controles avaliados), o que demonstra o empenho constante em busca da melhoria



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

do ambiente de controle para a mitigação dos riscos existentes. Como próximos passos, recomenda-se a apresentação dos resultados ao COAUD e a inclusão e acompanhamento dos planos de ação sugeridos no sistema UNIO. Finalizada a apresentação, a Presidente do Conselho agradeceu a Sra. Luciana pela participação. O Conselho tomou conhecimento do relatório contendo o Resultado do 5º Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles Internos, recomendando que a Diretoria Executiva apresente um relatório com o posicionamento institucional a respeito dos planos sugeridos, com as devidas justificativas. No tocante aos relatos e comunicações da Presidente do Conselho (Item 7 da pauta), a Sra. Presidente registrou que a Diretoria de Administração encaminhou o cronograma da implementação do sistema SEI, o qual foi transmitido aos demais conselheiros. Em relação ao encaminhamento da consulta quanto à natureza jurídica da Fundação, o assessor Roberto comunicou que a mesma foi encaminhada à Secretaria de Gestão e Governo Digital, via SEI, através do Ofício Presi nº 087/2023, instruída com cópia de consulta respondida pela PGE em 2013. Informou que a documentação já foi recepcionada pelo gabinete do Sr. Secretário da SGGD. A Presidente solicitou o envio ao colegiado de cópia da consulta formulada, bem como o número do processo no Sistema SEI. Na sequência, a Presidente propôs inversão dos itens da pauta, passando a palavra ao Sr. Edenilson, auditor interno, para apresentação dos Planos de Ação, posição outubro de 2023, (item 9 da pauta). Iniciou apresentando o relatório estatístico de todas as recomendações emitidas, tratadas, em andamento e as em estoque, registrando que o relatório completo e detalhado já foi enviado aos membros do Conselho. Informou que houve inserção de novas recomendações, destacando o plano de trabalho para implementação do sistema SEI e a formalização de consulta à Secretaria de Gestão quanto à natureza jurídica da Fundação. Concluídas no período, o registro em ata da posição do Comitê de Investimentos em relação aos investimentos com rendimentos abaixo da meta ou de pior performance ou que apresentam resultados abaixo do esperado, de forma recorrente. E a desativação de contas com bloqueio imediato pela TI dos acessos aos funcionários desligados. Seguindo passou a apresentar algumas ações em atraso ou com prazo prorrogado, em função de estarem na dependência da apresentação do Relatório do 5º



**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ciclo de Avaliação de Riscos ao Conselho Deliberativo ou, no caso do Gerenciamento de Riscos e Compliance, a conclusão para apresentação foi prorrogada, tendo em vista as mudanças nos sistemas e estruturas das equipes internas e externa. Na área de suprimentos e suporte logístico, a Fundação contratou uma consultoria para apoiar o projeto de gestão documental física e digital e a tabela de temporalidade. O prazo foi remarcado para conclusão em julho de 2024, alinhado com cronograma do projeto. Na área de comunicação organizacional, a recomendação de melhoria na política de comunicação para definição dos mecanismos indutores de atualização de informações, em fase final de revisão. Por fim, fazendo referência ao Relatório do 5º Ciclo de Avaliação de Riscos, disse que deverá observar e acatar as novas alterações ali propostas. Finalizada a apresentação, a Presidente agradeceu a participação. Dando sequência, para apresentar o Relatório Mensal dos Investimentos (item 8 da pauta), a Presidente passou a palavra à Diretora de Investimentos, Sra. Francis, que iniciou comentando a movimentação do mês, destacando a evolução patrimonial, posição setembro/23, que somou R\$3,10 bilhões e a captação líquida mensal em torno de R\$36,39 milhões. A alocação do patrimônio por plano apresenta uma concentração de 98,34% nos planos RP, RG e RG UNIS. As aplicações foram 82,02% em Renda Fixa, 2,38% no segmento Imobiliário, 5,83% em ações locais, 1,97% em ações no exterior, 2,83% em fundos multimercados e 7,80% em FIPs. O retorno acumulado da carteira no mês de agosto foi de 0,58% para um alvo de 0,57% e, nos últimos 12 meses, 10,68% para um alvo de 9,38%. A rentabilidade acumulada desde o início é de 203,97% para um alvo de 196,38%. Seguindo, apresentou o comparativo de rentabilidade entre 120 EFPC, as principais movimentações realizadas no mês e o valor dos pagamentos de benefícios. Registrou que não ocorreram desenquadramentos no mês. Ainda comentou sobre o acompanhamento, por plano e por Fundos, da interferência das Americanas e Light, no período dezembro/22 a agosto/23. Finalizou apresentando as principais movimentações no mês de setembro sendo aplicação do valor arrecadado de R\$36,39 milhões, resgate de R\$2,30 milhões para pagamento de benefícios, resgate total do saldo do Fundo Itaú Hedge Plus no valor de R\$175,83 milhões, investimentos referentes a 4ª chamada de capital do Fundo SPECTRA VI FIP, no valor de R\$1,94 milhões e da 1ª chamada de

Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo



CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO CONSELHO DELIBERATIVO
ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

capital do Fundo PÁTRIA PE FUND VII FEDDER INSTFIP. Encerrada sua participação, a Presidência agradeceu a apresentação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerrou a reunião e para constar, eu, Cesar Gnoatto, secretário da reunião, lavrei e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros titulares presentes.

Assinado eletronicamente por:
Marina Brito Battilani
CPF: ***.221.279-**
Data: 08/11/2023 14:51:48 -03:00

Marina Brito Battilani
Presidente



Assinado eletronicamente por:
Cesar Silva
CPF: ***.497.118-**
Data: 08/11/2023 15:09:32 -03:00

Cesar Silva
Conselheiro



Assinado eletronicamente por:
Demetrius Queiroz do Rego Barros
CPF: ***.565.204-**
Data: 08/11/2023 16:11:18 -03:00

Demetrius Queiroz do Rego Barros
Conselheiro



Assinado eletronicamente por:
Jean Pierre Geremias de Jesus Neto
CPF: ***.848.599-**
Data: 08/11/2023 14:39:35 -03:00

Jean Pierre Geremias de Jesus Neto
Conselheiro



Assinado eletronicamente por:
José Francisco Dutra da Silva
CPF: ***.015.723-**
Data: 08/11/2023 15:59:56 -03:00

José Francisco Dutra da Silva
Conselheiro



Assinado eletronicamente por:
Mauro Ricardo Machdo Costa
CPF: ***.821.251-**
Data: 08/11/2023 16:22:10 -03:00

Mauro Ricardo Machado Costa
Conselheiro



Assinado eletronicamente por:
Cesar Gnoatto
CPF: ***.668.790-**
Data: 08/11/2023 14:31:47 -03:00

Cesar Gnoatto
Secretário

